

HABEAS CORPUS Nº 570.727 - SP (2020/0080041-4)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : CAROLINA PREBIANCA BOAVENTURA
ADVOGADO : CAROLINA PREBIANCA BOAVENTURA - SP362495
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : F L K (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de F. L. K. apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação n. 0023579-31.2017.8.26.0050).

Consta dos autos ter sido o paciente condenado à pena de 11 anos e 8 meses de reclusão, em regime fechado, e ao pagamento de 11 dias-multa, pela prática dos crimes previstos nos arts. 157 e 213, ambos do Código Penal (roubo e estupro), ocasião em que foi mantida a custódia cautelar ante a negativa do recurso em liberdade.

Irresignada, a defesa ingressou com apelação, ainda pendente de exame.

Aviado pedido emergencial perante o Tribunal *a quo* objetivando a soltura do paciente, o pleito foi indeferido pelo desembargador relator (e-STJ fl. 72).

No presente *writ*, insurge-se a defesa contra a negativa de soltura do paciente, asseverando haver excesso de prazo para o julgamento do recurso de apelação, que aguarda apreciação há mais de 8 meses.

Invoca, ainda, a atual pandemia pela Covid-19, asseverando o risco de contaminação do paciente, visto que na unidade prisional em que se encontra já teria havido duas mortes por suspeita de contaminação pelo coronavírus.

Busca, inclusive liminarmente, a expedição de alvará de soltura em favor do paciente.

É o relatório.

Decido.

Superior Tribunal de Justiça

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada de que não cabe *habeas corpus* ante *decisum* que indefere liminar no *writ* precedente, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade (enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal), o que não ocorre na espécie.

Isso, porque, além de a constatação de excesso de prazo não se alcançar de forma puramente matemática, a jurisprudência desta Casa é reiterada no sentido de que a análise do excesso de prazo para o julgamento da apelação deve levar em consideração o *quantum* de pena aplicada na sentença condenatória, o qual, no caso, é de **11 anos e 8 meses de reclusão**. Logo, tudo isso conduz à conclusão de que inexistente flagrante ilegalidade a ser reconhecida.

Ademais, consta da decisão monocrática atacada que "*não há elementos concretos a indicar que o Apelante se enquadraria em grupo de risco ou confirmação de eventual contaminação no local. Tampouco há elementos contundentes de não adoção de medidas de prevenção e controle da situação trazida pela propagação do COVID-19 pelo estabelecimento prisional em que se encontra custodiado, ou mesmo de insuficiência de cobertura Estatal para o risco aventado*" (e-STJ fl. 72).

É de relevo mencionar, também, que o Poder Público não se quedou inerte diante da situação. O Conselho Nacional de Justiça já publicou a **Recomendação n. 62**, que adotou medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus (Covid-19) no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo. O Ministério da Justiça e o Ministério da Saúde também publicaram a **Portaria Interministerial n. 7**, adotando uma série de medidas para o enfrentamento da situação emergencial.

Assim, as questões formuladas, notadamente diante das peculiaridades do caso, necessitam de averiguação mais aprofundada pelo Tribunal estadual, que deverá apreciar a argumentação contida na impetração no momento adequado. Sem isso, fica esta Corte impedida de analisar o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e de incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO

Superior Tribunal de Justiça

CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR NO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUMULA 691/STF. COMPETÊNCIA DESTA CORTE QUE AINDA NÃO SE INAUGUROU. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE PROVA DO ALEGADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. Não cabe habeas corpus perante esta Corte contra o indeferimento de liminar em writ impetrado no Tribunal de origem. Aplicação da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal.

[...]

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 349.925/RJ, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 10/3/2016, DJe 16/3/2016.)

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA 691/STF. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CONTRAMANDADO DE PRISÃO TEMPORÁRIA. PACIENTE NO EXTERIOR. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. No caso, não se observa manifesta ilegalidade na decisão que indeferiu o pleito liminar no prévio mandamus, tampouco na decisão primitiva. Na espécie, não há nos autos informações comprobatórias de que todas as diligências requeridas foram cumpridas, valendo ressaltar, ainda, que o decreto prisional, expedido no bojo da mesma decisão, não se efetivou porque o paciente não teria sido localizado, porquanto "potencialmente" estaria no exterior.

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 345.456/SP, relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/2/2016, DJe 24/2/2016.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente o habeas corpus.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator